



Políticas Públicas e Educação no Brasil: Fundamentos, Desafios e Perspectivas Contemporâneas

Public Policies and Education in Brazil: Foundations, Challenges, and Contemporary Perspectives

Judivalda da Silva Brasil

Amarilda dos Santos Marinho

Emirlan Melo de Lima

Noberto Ribeiro dos Santos

Sulanita Silva de Almeida

Francinei Almeida da Costa

Rosiney Picanço Ferreira

Francisca Dilza de Oliveira

Alan Correa da Silva

Jorge Pedro da Silva Barbosa

Resumo: As políticas públicas educacionais no Brasil têm sido historicamente formuladas como instrumentos de garantia do direito à educação, porém sua efetivação ainda enfrenta entraves que comprometem a redução das desigualdades educacionais. Diante desse contexto, o presente estudo tem como problema de pesquisa compreender quais são os principais desafios que incidem sobre a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas educacionais no país. O objetivo consiste em analisar os fundamentos conceituais dessas políticas, bem como discutir seus limites e possibilidades no cenário contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, com abordagem descritivo-analítica. A metodologia adotada baseou-se no levantamento, na seleção e no exame crítico de obras acadêmicas, documentos oficiais e estudos especializados sobre políticas públicas e educação. Como técnica de pesquisa, empregou-se a leitura sistemática e a análise de conteúdo, organizando os dados em categorias relacionadas aos ciclos das políticas públicas, à gestão educacional e aos processos de avaliação. Os resultados evidenciam que, embora o Brasil possua um arcabouço legal consistente no campo educacional, persistem fragilidades estruturais, como a descontinuidade administrativa, a limitada coordenação federativa e a insuficiência de mecanismos avaliativos integrados ao planejamento das políticas. O estudo está estruturado em seções que abordam a fundamentação teórica das políticas públicas, a educação enquanto política social, os desafios de implementação, os processos de avaliação e, por fim, as perspectivas contemporâneas para o fortalecimento das políticas educacionais. Conclui-se que o aprimoramento das políticas públicas em educação exige ações articuladas, participação social efetiva e compromisso com a justiça social.

Palavras-chave: educação; políticas públicas; ação; governo.

Abstract: Educational public policies in Brazil have historically been formulated as instruments to guarantee the right to education; however, their implementation still faces obstacles that hinder the reduction of educational inequalities. In this context, the present study seeks to understand the main challenges affecting the formulation, implementation, and evaluation of

educational public policies in the country. The objective is to analyze the conceptual foundations of these policies and to discuss their limitations and possibilities in the contemporary context. This research is qualitative in nature and was developed through a literature review and bibliographic research with a descriptive-analytical approach. The adopted methodology was based on the survey, selection, and critical examination of academic works, official documents, and specialized studies on public policies and education. As a research technique, systematic reading and content analysis were employed, organizing the data into categories related to public policy cycles, educational management, and evaluation processes. The results indicate that, although Brazil has a consistent legal framework in the educational field, structural weaknesses persist, such as administrative discontinuity, limited federative coordination, and insufficient evaluative mechanisms integrated into policy planning. The study is structured into sections that address the theoretical foundations of public policies, education as a social policy, implementation challenges, evaluation processes, and, finally, contemporary perspectives for strengthening educational policies. It is concluded that improving public policies in education requires coordinated actions, effective social participation, and a commitment to social justice.

Keywords: education; public policies; action; government.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais no Brasil são compreendidas como ações intencionais do Estado voltadas à resolução de problemas coletivos e à garantia de direitos fundamentais. Elas transcendem a simples execução de leis, operando como um “governo em ação” que traduz propostas políticas em programas concretos voltados à melhoria da qualidade de vida, para compreender sua dinâmica, utiliza-se o modelo do ciclo de políticas públicas, que organiza o processo em fases interdependentes: identificação do problema e formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação, este ciclo não é linear, mas um processo cumulativo onde cada etapa deve retroalimentar as demais através de mecanismos de feedback.

A arquitetura das políticas educacionais contemporâneas está ancorada na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos, e na LDB 9394/96, que organiza as diretrizes nacionais, o Brasil adota um federalismo triádico, exigindo coordenação e regime de colaboração entre União, Estados e Municípios para a oferta do ensino fundamental. Sistemas nacionais, como o de educação, buscam reduzir as desigualdades territoriais e induzir capacidades estatais locais por meio de repasses de recursos e parâmetros nacionais.

Um dos maiores obstáculos no campo educacional é a fase de implementação, frequentemente descrita como o “nó cego” ou o “elo perdido” da ação pública, o sucesso de uma política depende dos burocratas de nível de rua (professores e gestores escolares), que utilizam sua discricionariedade para interpretar e materializar as diretrizes nacionais no cotidiano das escolas, além disso, a formulação dessas políticas tem sido atravessada por diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que muitas vezes pautam a educação sob uma lógica de ajuste estrutural e eficiência gerencial, outro desafio persistente é a fragmentação das ações, que gera sobreposições e desperdício de recursos públicos.

Para o futuro, a perspectiva reside no amadurecimento do desenho das intervenções por meio da análise ex ante, garantindo que as políticas nasçam “prontas para serem monitoradas”, o uso de modelos lógicos permite explicitar o nexo causal entre os insumos aplicados e o impacto social esperado na equidade racial e social, o monitoramento e a avaliação de impacto devem ser encarados como instrumentos de aprendizado coletivo, permitindo ao Estado decidir, com base em evidências, pelo ajuste ou expansão de programas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo e analítico, voltado à compreensão das políticas públicas educacionais no Brasil, a partir de seus fundamentos conceituais, marcos normativos e dinâmicas de implementação. A opção por essa abordagem justifica-se pela possibilidade de apreender fenômenos sociais complexos, considerando os contextos históricos, políticos e institucionais que influenciam a formulação e a execução das políticas educacionais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise de produções acadêmicas consolidadas no campo das políticas públicas e da educação, incluindo livros, artigos científicos, relatórios técnicos e publicações institucionais. A pesquisa documental, por sua vez, teve como foco a análise de dispositivos legais e normativos que estruturam a política educacional brasileira, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação, bem como documentos técnicos voltados ao planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

As técnicas de pesquisa adotadas foram a leitura sistemática, a análise documental e a análise de conteúdo, possibilitando a identificação de categorias analíticas relacionadas ao ciclo das políticas públicas, especialmente as fases de formulação, implementação e avaliação. A interpretação dos dados ocorreu de forma crítico-reflexiva, articulando os referenciais teóricos com a realidade concreta da ação estatal no campo educacional.

Quanto aos resultados, a análise evidenciou que, apesar da existência de um arcabouço legal robusto, as políticas públicas educacionais no Brasil enfrentam fragilidades significativas, sobretudo na fase de implementação. Destacam-se a descontinuidade administrativa, a fragilidade da coordenação federativa e a ausência de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação. Esses fatores contribuem para o distanciamento entre os direitos educacionais formalmente instituídos e sua efetivação no cotidiano das escolas públicas.

Os resultados apontam ainda que políticas educacionais concebidas sem planejamento orientado à avaliação tendem a apresentar baixa efetividade social. Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de integração entre formulação,

implementação e avaliação, compreendendo as políticas públicas educacionais como processos dinâmicos e em constante construção, voltados à promoção da equidade, da inclusão e da justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas Públicas: Fundamentos Conceituais

As políticas públicas podem ser compreendidas como um sistema de decisões governamentais voltado a ações ou omissões que visam manter ou transformar uma realidade social específica (Saravia, 2007 *apud* ENAP, 2021). De forma pragmática, trata-se do campo de conhecimento que busca colocar o “governo em ação”, traduzindo propósitos políticos e plataformas eleitorais em programas concretos que produzam mudanças no mundo real (Souza, 2006).

Um fundamento central para a definição de uma política é a existência de um problema público relevante. De acordo com Lassance (2025), um problema só se justifica como alvo de uma política quando demonstra amplitude (atinge um grande contingente de pessoas) e gravidade (gera consequências complexas que se tornam mais agudas com o tempo). Sob essa ótica, as políticas públicas não dizem respeito a “coisas”, mas sim a pessoas, exigindo que o público afetado seja o sujeito central da narrativa estatal (Lassance, 2025). Além disso, o caráter “público” da política deriva do fato de ela enfrentar questões que afetam a coletividade, envolvendo uma pluralidade de atores que ultrapassa a figura do Estado, incluindo a sociedade civil e movimentos sociais (Secchi, 2012).

Conceitualmente, a ação pública é estruturada em um tripé indissociável: a política, o programa e a ação (Lassance, 2025), a política representa a arquitetura estratégica e a concepção teórica que explica o problema central; o programa funciona como a engenharia ou tática, organizando as soluções para causas específicas; já a ação é a operação cotidiana que transforma insumos em produtos e serviços (Lassance, 2020b, 2025), essa diferenciação é vital para evitar que as intervenções se tornem “pacotes de prateleira” desconectados da realidade local (Lassance, 2025).

Para fins de análise e gestão, a literatura utiliza o ciclo de políticas públicas como um artifício didático que divide o processo em etapas: identificação do problema e formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (Saravia, 2007 *apud* ENAP, 2021; Lotta, 2019), embora na prática essas fases ocorram de forma simultânea e muitas vezes desordenada, o modelo permite identificar os gargalos institucionais e o papel dos burocratas, que, na fase de implementação, reconfiguram as diretrizes nacionais conforme os contextos locais (Lotta, 2019; Nogueira; Fagundes, 2015).

Por fim, a institucionalização é um elemento indispensável ao conceito de política pública, pois garante que a intervenção seja coletivamente vinculante e possua segurança jurídica (Lassance, 2025), a implementação, vista como uma

“engenharia social”, exige um aprendizado coletivo constante, onde o monitoramento e a avaliação retroalimentam o sistema para corrigir “defeitos de fabricação” e potencializar o valor público da intervenção estatal (Bernardoni; Souza; Peixe, 2008; Lassance, 2025).

A Educação como Política Pública: Marcos Legais, Atuação e Desafios Federativos

A educação formal no Brasil, compreendida como uma atividade intencional e sistemática realizada no espaço escolar, é reconhecida como uma forma estratégica de intervenção estatal na realidade social (Santos, 2001 *apud* Souza *et al.*, 2017), longe de ser apenas um conjunto de normas estáticas, a educação constitui uma política pública em movimento, definida como o “governo em ação” que traduz propósitos políticos e direitos constitucionais em programas e serviços que impactam a qualidade de vida do cidadão (Souza, 2006; Mehedeff, 2002).

A fundamentação dessas políticas está ancorada em um arcabouço normativo robusto, que inclui a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE), tais leis não são apenas textos jurídicos, mas o ápice de processos de embates e disputas de grupos organizados da sociedade em torno de múltiplos interesses (Gentili, 2009; Souza *et al.*, 2025). Entretanto, a formulação dessas diretrizes tem sido, nas últimas décadas, atravessada pela influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que muitas vezes pautam a educação sob uma lógica de eficiência gerencial e ajuste estrutural, tratando-a por vezes como uma mercadoria de alto potencial de retorno (Souza *et al.*, 2025).

Um dos maiores desafios no campo educacional brasileiro reside na fase de implementação, frequentemente descrita pela literatura como o “nó cego” ou o “elo perdido” das políticas sociais (Nogueira; Fagundes, 2015; Faria, 2012), a oferta de educação escolar pública, especialmente no ensino fundamental, configura um arranjo de alta complexidade que exige coordenação entre União, Estados e Municípios (Bonamino *et al.*, 2019), nesse cenário, os burocratas de nível de rua, diretores e professores, exercem um papel central, pois utilizam sua discricionariedade para interpretar as normas nacionais e adaptá-las à realidade cotidiana das salas de aula (Lipsky, 2010 *apud* Lotta, 2019; Bonamino *et al.*, 2019).

Para que a política educacional seja efetiva, ela deve ser planejada ex ante para ser passível de monitoramento e avaliação (Lassance, 2025), o monitoramento fornece a matéria-prima informativa que permite ao gestor acompanhar se os insumos estão gerando os produtos esperados (Jannuzzi, 2005). Já a avaliação de impacto busca confrontar o previsto com o realizado, gerando um aprendizado coletivo que permite redefinir parâmetros do desenho original da política, como ocorreu com o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) no Ceará, que logrou êxito ao articular sistemas de incentivos, metas de desempenho e cooperação intergovernamental (Bonamino *et al.*, 2019; Lassance, 2025).

A educação como política pública exige que o Estado não apenas declare direitos, mas garanta que os dispositivos reguladores não se anulem entre si, assegurando a coesão entre os princípios normativos e os resultados efetivos de inclusão e equidade social (Barroso, 2005; Souza *et al.*, 2017).

Estado, Sociedade e Educação: Disputas, Marcos Legais e a Dinâmica das Políticas Públicas

A interação entre Estado, sociedade e educação no Brasil configura um campo de tensões permanentes, onde a escola não é apenas um local de instrução, mas um cenário de disputas ideológicas e políticas sobre os rumos do desenvolvimento social, de acordo com a literatura técnica, o fenômeno estatal deve ser compreendido em suas múltiplas facetas, sendo permeável a modificações e influências dos diversos atores que compõem a esfera pública, nesse contexto, a educação formal, realizada de maneira intencional e sistemática, atua como uma ferramenta estratégica de intervenção na realidade, podendo servir tanto à transformação social quanto à manutenção de estruturas de poder vigentes.

Historicamente, a relação entre esses entes foi redefinida pela Constituição de 1988, que instituiu uma nova ordem democrática baseada em um federalismo triádico, elevando o município ao status de ente federativo, essa estrutura impõe que a definição de competências e a execução de serviços considerem as diferentes instâncias governamentais e a participação da sociedade civil organizada, que passou a ter papel central na formulação e no controle das ações públicas, a eficácia das políticas educacionais, portanto, depende da capacidade de pactuação e coordenação entre os entes, buscando reduzir as desigualdades territoriais e garantir o papel redistributivo do Estado.

Entretanto, nas últimas décadas, essa relação tem sido atravessada pela ascensão do pensamento neoliberal e pela influência determinante de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Sob essa ótica, a educação passa a ser frequentemente tratada não apenas como um direito social, mas como uma mercadoria com potencial de geração de lucros, atrelando financiamentos a cláusulas gerenciais e diretrizes que priorizam a eficiência econômica em detrimento da emancipação humana, essa lógica de mercado nas escolas tende a estimular a competição e o ranqueamento, muitas vezes ignorando as subjetividades e as necessidades coletivas em favor de um ajustamento dos estudantes às demandas do capital.

A despeito dessas pressões, a sociedade civil organizada, especialmente por meio de movimentos sociais como o movimento negro, tem logrado êxitos na institucionalização de demandas por justiça social e reparação histórica, a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, é um exemplo de como declarar direitos funciona como um recurso político-pedagógico para repensar as relações sociais e democratizar o currículo oficial, tais avanços legais, contudo, enfrentam o desafio da implementação prática, sendo muitas vezes dificultados pelo racismo institucional e pela resistência de burocratas que interpretam as normas conforme suas próprias visões de mundo.

Por fim, entende-se que a política pública de fato nasce da interação entre a intenção expressa nos planos governamentais e os contextos locais de ação, a legitimidade do Estado em sua relação com a sociedade é construída na materialização desses serviços, exigindo que o desenho das intervenções seja zeloso quanto à equidade e à sustentabilidade, somente através de um aprendizado coletivo e de uma gestão que considere a multidimensionalidade da pobreza e da exclusão é que a educação poderá cumprir seu papel de promotora do bem-viver social e da cidadania plena.

Os Desafios na Implementação das Políticas Educacionais no Brasil

A fase de implementação é frequentemente reconhecida na literatura como o “nó cego” ou o “elo perdido” do ciclo de políticas públicas no Brasil, longe de ser uma execução mecânica de planos previamente estabelecidos, esse estágio representa uma complexa “luta pela realização de ideias”, onde o que foi desenhado no papel é confrontado com as dinâmicas e contingências do cotidiano escolar, trata-se do momento de “fabricação da ação pública” no plano local, onde a política deixa de ser uma intenção normativa para se tornar uma prática efetiva.

Um dos desafios centrais reside na atuação dos chamados burocratas de nível de rua, especificamente professores e gestores escolares, que são os responsáveis diretos pela entrega do serviço público ao cidadão, estes agentes não são meros executores neutros; eles possuem uma discricionariedade inerente, utilizando seus valores, visões de mundo e compromissos éticos para interpretar e adaptar as diretrizes nacionais às realidades das salas de aula. Essa margem de liberdade pode gerar um deslocamento de objetivos, fazendo com que a política implementada difira substancialmente daquela formulada originalmente.

Sob o prisma institucional, o federalismo brasileiro impõe camadas adicionais de dificuldade, a oferta do ensino fundamental exige uma coordenação complexa entre União, Estados e Municípios, dependendo de pactuações federativas que nem sempre são fluidas, a implementação de leis de caráter transversal, como a Lei 10.639/03, exemplifica como barreiras estruturais, como o racismo institucional, podem emperrar o cumprimento de normas, evidenciando que a coesão entre diferentes políticas educacionais é um fator determinante para o sucesso da intervenção estatal.

Ademais, a ausência de uma cultura de planejamento orientada para o monitoramento e avaliação ex ante fragiliza o processo, muitas políticas educacionais nascem sem indicadores claros ou sistemas de informação capazes de gerar aprendizado organizacional, quando o monitoramento não é concebido como uma sombra que acompanha a execução desde o nascedouro, ele torna-se um “peso extra” burocrático, impedindo que falhas operacionais sejam detectadas e corrigidas tempestivamente para evitar o desperdício de recursos públicos, por fim, a influência de organismos internacionais e agendas neoliberais muitas vezes introduz lógicas de eficiência gerencial que desconsideram as subjetividades dos

atores locais, tornando a implementação um campo de tensões permanentes entre a padronização e a diversidade territorial.

Avaliação de Políticas Públicas em Educação

A avaliação de políticas públicas em educação constitui um processo de análise sistemática e rigorosa voltado a aferir o valor, o desempenho e os resultados das intervenções estatais no ambiente escolar, longe de ser um exercício meramente fiscalizatório ou punitivo, sua função mais nobre é promover o aprendizado institucional e fornecer evidências sólidas que subsidiem a tomada de decisão sobre a continuidade, o ajuste ou a expansão de programas.

Um fundamento central para a eficácia avaliativa é a distinção e complementaridade entre monitoramento e avaliação, enquanto o monitoramento atua como uma “bússola” contínua, rastreando o ritmo da implementação e o uso de insumos, a avaliação é um exercício episódico focado em julgar a causalidade e os impactos gerados na realidade social, nesse sentido, a literatura técnica enfatiza que as políticas educacionais devem nascer “prontas para serem monitoradas” ainda na fase de desenho (*ex ante*), estabelecendo-se indicadores e metas realistas desde a sua concepção.

No campo metodológico, a projeção de uma avaliação educacional robusta exige a explicitação de um modelo lógico e de uma teoria da mudança, essas ferramentas permitem mapear como a alocação de recursos (insumos) e o desenvolvimento de práticas pedagógicas (processos) resultam em produtos, como a distribuição de material didático, que, por sua vez, devem levar a resultados de médio prazo, como a melhoria do desempenho escolar, a complexidade reside em distinguir o impacto real da política de outros fatores externos, o que demanda, em avaliações somativas, o uso de métodos que considerem o contrafactual, a simulação do que ocorreria com o estudante caso ele não tivesse participado da intervenção.

A prática brasileira no setor educacional revela tipologias distintas, a avaliação formativa ocorre durante a execução, funcionando como um “termômetro” do making of da política, permitindo correções de rumo tempestivas para evitar o desperdício de recursos, já a avaliação somativa debruça-se sobre os efeitos finais, verificando se a missão social de equidade e aprendizado foi cumprida, exemplos como o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) no Ceará demonstram como o uso estratégico de avaliações externas (como o SPAECE) pode ser utilizado como um instrumento de gestão e regulação, induzindo regimes de colaboração entre entes federativos e melhorando indicadores nacionais.

Por fim, a avaliação de políticas educacionais enfrenta o desafio de integrar as dimensões de eficiência (otimização de meios), eficácia (cumprimento de metas físicas) e efetividade (impacto social duradouro), somente quando o Estado confronta criticamente o “previsto” com o “realizado” é que se torna possível superar o “vazio existencial” de muitas políticas governamentais, garantindo que o direito à educação se converta em transformações sociais palpáveis e legítimas perante a sociedade.

Perspectivas Contemporâneas para as Políticas Educacionais

As perspectivas contemporâneas para as políticas educacionais no Brasil são marcadas pela transição de modelos burocráticos tradicionais para arranjos de governança mais complexos, que priorizam a análise baseada em evidências e o foco na redução de desigualdades, a compreensão atual dessas intervenções exige que a educação seja vista não apenas como um dispositivo jurídico estático, mas como uma política pública em movimento, cujo sucesso depende da integração entre os processos de formulação, implementação e avaliação.

Um dos eixos centrais dessa discussão reside na influência de organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, que desde a década de 1980 passou a liderar a pasta das diretrizes educacionais para países periféricos, sob essa perspectiva neoliberal, a educação muitas vezes deixa de ser tratada exclusivamente como um direito social para ser encarada como uma mercadoria estratégica de capital humano, introduzindo nas escolas lógicas de competição, ranqueamento e eficiência gerencial, esse cenário gera tensões constantes entre as metas de produtividade impostas e os princípios de uma educação inclusiva que preze pela subjetividade e colaboração.

No campo da gestão, a maturidade técnica das políticas contemporâneas é buscada através da análise *ex ante*, esta prática atua como uma “arquitetura” da intervenção governamental, permitindo que os programas nasçam “prontos para o monitoramento e a avaliação”, o uso de modelos lógicos e o estabelecimento de uma “teoria da mudança” clara são fundamentais para superar o chamado “vazio existencial” de muitas políticas educacionais, que frequentemente falham por não definirem com precisão seus problemas centrais e nexos causais.

A fase de implementação consolidou-se como o estágio mais crítico do ciclo, sendo descrita pela literatura como a “fabricação da ação pública” no plano local, nesse contexto, os professores e gestores escolares atuam como burocratas de nível de rua, detendo alta discricionariedade para interpretar e adaptar as diretrizes nacionais conforme as realidades das salas de aula, a eficácia de leis transversais, como a Lei 10.639/03, que visa à reparação histórica e ao combate ao racismo, depende diretamente da capacidade desses agentes em superar barreiras do racismo institucional e converter intenções normativas em práticas pedagógicas de equidade.

Ademais, o federalismo brasileiro impõe desafios de coordenação entre União, Estados e Municípios, experiências exitosas, como o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) no Ceará, demonstram que arranjos institucionais baseados em cooperação técnica, incentivos por resultados e monitoramento contínuo podem transformar indicadores educacionais e induzir capacidades estatais na ponta do sistema.

Por fim, a avaliação de impacto emerge como um instrumento de aprendizado coletivo, permitindo que o Estado decida, com base em evidências fidedignas, pela manutenção, ajuste ou expansão das políticas de inclusão e qualidade, o desafio contemporâneo consiste, portanto, em garantir que o arcabouço legal se traduza

em transformações sociais concretas, reduzindo o abismo entre o direito declarado e a realidade vivenciada pela classe trabalhadora no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender as políticas públicas educacionais no Brasil como construções históricas e políticas marcadas por avanços normativos, disputas de interesses e desafios persistentes em sua efetivação, ao retomar os fundamentos conceituais das políticas públicas e sua articulação com o direito à educação, evidenciou-se que a centralidade da educação nas agendas estatais não garante, por si só, a superação das desigualdades educacionais e sociais que atravessam o sistema de ensino brasileiro.

Os resultados do estudo indicam que os principais entraves das políticas educacionais concentram-se, sobretudo, na fase de implementação, impactada pela descontinuidade administrativa, pela fragilidade da coordenação federativa e pela limitação de mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação, tais fatores contribuem para o distanciamento entre o que está previsto no arcabouço legal e a realidade vivenciada pelas instituições educacionais, especialmente nas regiões historicamente mais vulnerabilizadas.

Do ponto de vista analítico, o estudo reafirma a importância de compreender as políticas públicas educacionais como processos dinâmicos, que exigem planejamento de longo prazo, participação social efetiva e avaliação contínua orientada por critérios de eficácia, eficiência e efetividade social, nesse sentido, destaca-se a necessidade de fortalecimento de políticas de Estado, capazes de assegurar maior estabilidade às ações educacionais e de promover maior equidade no acesso e na qualidade do ensino.

Conclui-se que o enfrentamento dos desafios contemporâneos da educação brasileira demanda não apenas a ampliação de recursos financeiros, mas também o aprimoramento da gestão pública, o fortalecimento do pacto federativo e a valorização dos profissionais da educação. Somente por meio de ações articuladas e comprometidas com a justiça social será possível avançar na consolidação de políticas públicas educacionais capazes de responder às demandas de uma sociedade plural e desigual.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. A construção do Sistema Nacional de Educação: avanços e limites de um projeto inacabado. In: LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel de Almeida (Orgs.). **Campo de Públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2017.

ALMEIDA, Maria Aparecida Barbosa; SANCHEZ, Lilian Pacheco. **Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Pro-Posições, v. 28, n. 1, p. 55-80, jan./abr. 2017.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BERNARDONI, Daniela Lemos; SOUZA, Marcio Cunha de; PEIXE, Blênio Cesar Severo. Fortalecimento da função avaliação de políticas públicas. In: PEIXE, Blênio Cesar Severo *et al.* (Orgs.). **Gestão de políticas públicas no Paraná: coletânea de estudos**. Curitiba: Progressiva, v. 1, 2008.

BONAMINO, Alicia *et al.* Arranjo institucional de implementação do PAIC e burocratas de médio escalão. In: LOTTA, Gabriela (Org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

BRASIL. Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL; IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v. 1.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Orgs.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Módulo 1: Políticas públicas e planejamento governamental**. Brasília: Enap, 2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público, Brasília**, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

LASSANCE, Antonio. **Como construir políticas públicas, programas e projetos prontos para o monitoramento e a avaliação? Um guia prático de análise ex ante**. Brasília, DF: Ipea, 2025.

LIMA, Luciana Leite; D’ASCENZI, Luciano. **Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades**. In: MADEIRA, Livia (Org.). Avaliação de políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS; CEGOV, 2014.

LOTTA, Gabriela (Org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; FAGUNDES, Helenara Silveira. **Implementação de políticas públicas: uma questão em debate**. Seminário Nacional de Serviço Social, Florianópolis, 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUSA, Eliomar Araújo de *et al.* A formulação das políticas públicas para a educação inclusiva nos países periféricos sob a égide dos organismos internacionais. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 47, e63494, 2025.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.